

Organizadores  
**Antônio Carvalho Filho**  
**Herval Sampaio Junior**



# **Os Juízes e o Novo CPC**

**2017**

 **EDITORA**  
**JusPODIVM**  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia  
 Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050  
 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

**Copyright:** Edições JusPODIVM

1083353

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Ana Caquetti

---

J91 Os Juízes e o novo CPC / Organizadores Antônio Carvalho Filho e Herval Sampaio Junior – Salvador: JusPodivm, 2017.  
 544 p.

Bibliografia.  
 Vários autores.  
 ISBN 978-85-442-1362-9.

1. Direito processual civil. 2. Juízes. I. Carvalho Filho, Antônio. II. Sampaio Junior, Herval. III. Título.

CDD 341.412

---

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

## SUMÁRIO

### CAPÍTULO 1

#### AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO ..... 21

*Alexandre Freitas Câmara*

### CAPÍTULO 2

#### OS DESAFIOS DA JUSTIÇA GRATUITA COMO INSTRUMENTO DE ACESSO À JURISDIÇÃO NO CPC/15 ..... 35

*Rogério de Vidal Cunha*

I.	INTRODUÇÃO .....	35
II.	DIFERENÇA ENTRE ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA, JUSTIÇA GRATUITA E ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.....	36
III.	JUSTIÇA GRATUITA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL:.....	46
3.1.	CONCEITO E BENEFICIÁRIOS .....	46
3.2.	PROCEDIMENTO PARA A ANÁLISE DO REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO E MÉTODOS DE IMPUGNAÇÃO.....	49
3.3.	OBJETO E ABRANGÊNCIA DA JUSTIÇA GRATUITA. ....	60
3.3.1.	DESPESAS COM AS TAXAS, CUSTAS JUDICIAIS (INCISO I), AS DESPESAS COM PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL (INCISO III) E EMOLUMENTOS (INCISO IX) .....	60
3.3.2.	OS SELOS POSTAIS.....	66
3.3.3.	INDENIZAÇÃO DEVIDA À TESTEMUNHA (INCISO, IV)....	67
3.3.4.	DESPESAS COM CONTADOR (INCISO VII), INTÉRPRETE OU DO TRADUTOR (INCISO VI).....	68
3.3.5.	DESPESAS COM HONORÁRIOS DO PERITO (INCISO VI) E A REALIZAÇÃO DE EXAME DE CÓDIGO GENÉTICO - DNA E DE OUTROS EXAMES CONSIDERADOS ESSENCIAIS (INCISO V).....	72
3.3.6.	OS DEPÓSITOS PREVISTOS EM LEI PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO .....	75
3.3.7.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (INCISO VI).....	76
3.4.	SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DAS VERBAS DEVIDAS (ART. 98, §3º).....	77
IV.	CONCLUSÃO .....	79
V.	BIBLIOGRAFIA .....	80

## SUMÁRIO

**CAPÍTULO 3****DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES ..... 83***Eduardo Novacki***INTRODUÇÃO ..... 83****1. DOS DEVERES..... 83****1.1. CONSEQUÊNCIAS DAS VIOLAÇÕES AOS DEVERES ..... 86****2. DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES POR DANO PROCESSUAL..... 90****3. DAS DESPESAS, DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DAS MULTAS ..... 95****3.1. RESPONSABILIDADE PELO ADIANTAMENTO DAS DESPESAS..... 96****3.2. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DAS DESPESAS ..... 101****4. DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA ..... 112****REFERÊNCIAS ..... 117****CAPÍTULO 4****OS ATOS PROCESSUAIS ELETRÔNICOS NO CPC/15..... 119***Antônio Carvalho Filho***1. INTRODUÇÃO ..... 119****2. PRINCÍPIOS E PRESSUPOSTOS PARA A PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS EM MEIO ELETRÔNICO..... 120****3. A SEGURANÇA DOS ATOS PROCESSUAIS EM MEIO ELETRÔNICO..... 126****4. COMUNICAÇÃO PROCESSUAL ELETRÔNICA..... 130****4.1. O DIÁRIO DE JUSTIÇA ELETRÔNICO (EDJ)..... 130****4.2. CADASTRAMENTO OBRIGATÓRIO PARA CITAÇÃO ELETRÔNICA..... 135****4.3. INTIMAÇÃO ELETRÔNICA (*STRICTO SENSU*)..... 140****5. PRAZOS NAS COMUNICAÇÕES ELETRÔNICAS..... 141****6. BIBLIOGRAFIA ..... 147****CAPÍTULO 5****A CONCILIAÇÃO E A MEDIAÇÃO NO CPC/2015 ..... 151***Trícia Navarro Xavier Cabral***1. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA MEDIAÇÃO E DA CONCILIAÇÃO..... 151****2. FONTES LEGISLATIVAS DA CONCILIAÇÃO E DA MEDIAÇÃO..... 153****3. ESTRUTURA JUDICIAL DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS..... 158****4. DESAFIOS PRÁTICOS DA MEDIAÇÃO E DA CONCILIAÇÃO NO CPC/2015..... 160**

## SUMÁRIO

5.	ANÁLISE PROSPECTIVA.....	162
6.	REFERÊNCIAS .....	164

**CAPÍTULO 6**

<b>VEDAÇÃO À DESPESA-SURPRESA E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....</b>	<b>167</b>
---	------------

*Marcelo Barbi Gonçalves*

1.	INTRODUÇÃO .....	167
2.	NATUREZA JURÍDICA DAS NORMAS CONCERNENTES AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	168
3.	DA VEDAÇÃO À DESPESA-SURPRESA.....	173
4.	CONCLUSÃO .....	174
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	175

**CAPÍTULO 7**

<b>A NOMEAÇÃO À AUTORIA E SUA RELEITURA PERANTE O NCPC .....</b>	<b>177</b>
--	------------

*Fábio Caldas de Araújo*

1.	O DIREITO MATERIAL E O PROCESSO.....	177
2.	A NOMEAÇÃO E A APARÊNCIA JURÍDICA .....	178
3.	BREVE NOTÍCIA DO DIREITO ANTERIOR.....	180
4.	A APARÊNCIA E A DISTINÇÃO ENTRE PROPRIETÁRIO/POSSUIDOR/DETENTOR .....	182
5.	A CORREÇÃO DO POLO NAS RELAÇÕES JURÍDICAS PESSOAIS .....	184
6.	CASO ESPECÍFICO: A AÇÃO REIVINDICATÓRIA E A INTERPRETAÇÃO DO ART. 1228 DO CCB.....	185
7.	CONCLUSÃO .....	191
	BIBLIOGRAFIA .....	191

**CAPÍTULO 8**

<b>FLEXIBILIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO E CALENDÁRIO PROCESSUAL NO NOVO CPC.....</b>	<b>195</b>
--	------------

*Ricardo Villas Bôas Cueva*

1.	INTRODUÇÃO .....	195
2.	O GERENCIAMENTO DOS PROCESSOS JUDICIAIS.....	198
3.	NEGÓCIOS PROCESSUAIS ATÍPICOS (ART. 190 DO NCPC).....	202
4.	O CALENDÁRIO PROCESSUAL (ART. 191).....	206
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	207

## SUMÁRIO

**CAPÍTULO 9****O ATO DE SANEAR E ORGANIZAR O PROCESSO COMO ELEMENTO SUBSTANCIAL PARA A QUALIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS, NA LINHA PRECONIZADA PELO NOVO CPC..... 209***Herval Sampaio Junior*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O ESPÍRITO DO NOVO CPC..... 209
2. DA ESTRUTURAÇÃO NO NOVO CPC E DA REALIDADE DO ANTIGO ARTIGO 331 ..... 213
3. OS ATOS PROCESSUAIS DE SANEAMENTO QUE DEVEM SER REALIZADOS OBRIGATORIAMENTE COM O NOVO CPC ..... 216
4. DO SANEAMENTO CONSENSUAL PELAS PRÓPRIAS PARTES ..... 221
5. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES DE SANEAMENTO PREVISTAS NO ARTIGO 357 DO NOVO CPC ..... 223
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESAFIOS A SEREM IMPLEMENTADOS POR TODOS OS ATORES DO PROCESSO, EM ESPECIAL O JUIZ, QUE CONTINUA O PRESIDINDO..... 224
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 226

**CAPÍTULO 10****UMA ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE A PROVA ELETRÔNICA, MEIOS ELETRÔNICOS E DOCUMENTOS ELETRÔNICOS NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL DA ESPANHA E BRASIL..... 229***Alexandre Freire Pimentel**Bruno Freire Pimentel**Pomba Mendes Saldanha*

1. INTRODUÇÃO ..... 229
2. MEIOS ELETRÔNICOS, PROVA ELETRÔNICA E DOCUMENTOS ELETRÔNICOS NO DIREITO PROCESSUAL ESPANHOL ..... 230
3. DELIMITAÇÃO CONCEITUAL DA EXPRESSÃO “PROVA” E O DIREITO INTERTEMPORAL INSTITUÍDO NO CPC-2015 ..... 234
4. PROVAS, MEIOS ELETRÔNICOS E DOCUMENTOS ELETRÔNICOS NO CPC-BRASIL-2015..... 235
5. O SISTEMA BRASILEIRO DE DIGITALIZAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE DOCUMENTOS CONSTITUÍDOS POR MEIOS ELETROMAGNÉTICOS, CRIADO PELA LEI 12.682/2012..... 238
6. CONCLUSÕES SOBRE A FORÇA PROBATÓRIA DOS DOCUMENTOS ELETRÔNICOS NO BRASIL E ESPANHA..... 240
7. REFERÊNCIAS ..... 242

## SUMÁRIO

**CAPÍTULO 11****O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO ..... 245***Lúcio Grassi de Gouveia*

1. INTRODUÇÃO .....	245
2. CONHECIMENTO, LINGUAGEM E FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS .....	250
3. DECIDIR E FUNDAMENTAR SÃO ATIVIDADES LÓGICAS?.....	253
4. DECISÕES NÃO FUNDAMENTADAS E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ..	263
5. CONCLUSÕES.....	276
REFERÊNCIAS .....	277

**CAPÍTULO 12****PONDERAÇÕES SOBRE A PONDERAÇÃO - O § 2º DO ART. 489 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL..... 281***Leonardo de Farias Duarte*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	281
2. PRINCÍPIOS.....	283
2.1. DWORKIN .....	284
2.2. ALEXY.....	286
2.3. APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS.....	287
3. CONFLITO DE REGRAS E COLISÃO DE PRINCÍPIOS .....	289
4. PROPORCIONALIDADE E PONDERAÇÃO (OU SOPESAMENTO).....	290
5. PONDERAÇÕES SOBRE A PONDERAÇÃO .....	292
6. ARGUMENTAÇÃO RACIONAL E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.....	295
7. CONCLUSÃO .....	301
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	302

**CAPÍTULO 13****APELAÇÃO ..... 305***Gilson Delgado Miranda*

1. CONCEITO .....	305
2. CABIMENTO/ADEQUAÇÃO.....	309
3. ÂMBITO DE DEVOLUTIVIDADE DA APELAÇÃO (ART. 1.013).....	313
4. QUESTÕES SUSCITADAS E DISCUTIDAS (ART. 1.013, §§ 1º E 2º).....	315
5. JULGAMENTO DA CAUSA MADURA (ART. 1.013, § 3º).....	317
6. QUESTÕES DE FATO NÃO INVOCADAS POR MOTIVO DE FORÇA MAIOR (ART. 1.014).....	320

## SUMÁRIO

7.	PROCESSAMENTO DO RECURSO .....	322
8.	DESERÇÃO X JUSTO IMPEDIMENTO .....	329
9.	EFEITOS DA APELAÇÃO: DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO.....	331
10.	BIBLIOGRAFIA .....	334

**CAPÍTULO 14**

<b>OBSERVAÇÕES SOBRE O ROL TAXATIVO DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NO CPC/2015, NA PERSPECTIVA DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO.....</b>	<b>337</b>
---	------------

*Clayton Maranhão*

1.	INTRODUÇÃO .....	337
2.	SÍNTESE DAS PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES DO AGRAVO DE INSTRUMENTO NO SISTEMA PROCESSUAL DO CPC/2015.....	340
3.	HIPÓTESES DE CABIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO NO CPC/2015.....	342
3.1.	TUTELAS PROVISÓRIAS.....	343
3.2.	MÉRITO DO PROCESSO .....	346
4.	DECISÕES IRRECORRÍVEIS E NECESSIDADE DE RESGATE DA <i>RATIO DECIDENDI</i> DA SÚMULA 267 DO STF, A PARTIR DO PRECEDENTE CONTIDO NO RE 76.909.....	355

**CAPÍTULO 15**

<b>O SISTEMA DE PRECEDENTES VINCULANTES E O INCREMENTO DA EFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: APLICAR A <i>RATIO DECIDENDI</i> SEM REDISCUTI-LA.....</b>	<b>357</b>
---	------------

*Frederico Augusto Leopoldino Koehler*

1.	INTRODUÇÃO .....	357
2.	A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NO CPC/2015 (O ART. 489, §1º).....	358
3.	A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS COM BASE EM PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS .....	359
4.	CONCLUSÃO .....	368
5.	REFERÊNCIAS .....	369

**CAPÍTULO 16**

<b>A CONSTITUCIONALIDADE DA APLICAÇÃO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS AOS JUIZADOS ESPECIAIS .....</b>	<b>373</b>
--	------------

*Aluisio Gonçalves de Castro Mendes*

*Odilon Romano Neto*

1.	INTRODUÇÃO .....	373
----	------------------	-----



## SUMÁRIO

2.	HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS NO BRASIL .....	377
3.	BREVES COMENTÁRIOS ACERCA DO ARTIGO 98, I, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.....	382
4.	BREVES COMENTÁRIOS ACERCA DA ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS VINCULANTES ÀS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE 2º GRAU.....	386
5.	O MODELO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA NOS JUIZADOS ESPECIAIS E SUAS DEFICIÊNCIAS .....	389
6.	O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS .....	396
7.	QUESTÕES RELATIVAS À APLICAÇÃO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS AOS JUIZADOS ESPECIAIS.....	400
8.	CONCLUSÃO .....	409
	BIBLIOGRAFIA .....	410

**CAPÍTULO 17****O NOVO CPC E A ALEGORIA DA CHARNEIRA: UMA INFLEXÃO FILOSÓFICA AO MITO DA SEGURANÇA EM PINDORAMA .....** **413***Ricardo Tinoco de Goes*

1.	INTRODUÇÃO .....	413
2.	RECONSTRUIR OU CONSTRUIR UMA HISTÓRIA DE PRECEDENTES?.....	417
3.	ENTRE O “RECONSTRUIR” E O “CONSTRUIR” UMA HISTÓRIA DE PRECEDENTES: COMO SITUAR O NOVO CPC? .....	423
4.	À GUIA DE CONCLUSÃO: ESTABILIDADE E PREVISIBILIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS SEM PREJUÍZO DA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA. DO CONTRÁRIO, <i>SEGURANÇA DE QUÊ E PARA QUEM?</i> .....	427
	BIBLIOGRAFIA .....	428

**CAPÍTULO 18****ASPECTOS POLÊMICOS DA COISA JULGADA NO NOVO CPC.....** **431***Newton Pereira Ramos Neto*

1.	INTRODUÇÃO .....	431
2.	COISA JULGADA: ASPECTOS GERAIS.....	432
3.	COISA JULGADA MATERIAL E FORMAL: A QUESTÃO DA COISA JULGADA DE NATUREZA PROCESSUAL.....	433
4.	A COISA JULGADA TOTAL E PARCIAL.....	436
5.	EFICÁCIA DA COISA JULGADA.....	439
5.1.	OS LIMITES OBJETIVOS.....	439
5.2.	OS LIMITES SUBJETIVOS .....	445

## SUMÁRIO

6.	O PROBLEMA DA ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA E SUA RELAÇÃO COM A COISA JULGADA.....	450
7.	A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA.....	453
8.	COISA JULGADA E NEGÓCIOS PROCESSUAIS.....	456
9.	CONCLUSÃO .....	457
10.	REFERÊNCIAS .....	458

**CAPÍTULO 19**

<b>O CUMPRIMENTO DA DECISÃO DE ALIMENTOS – INOVAÇÕES POSITIVAS E NEGATIVAS.....</b>	<b>461</b>
---	------------

*Rafael Calmon Rangel*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	461
1. DAS INOVAÇÕES CONSIDERADAS POSITIVAS.....	461
2. DAS INOVAÇÕES CONSIDERADAS NEGATIVAS.....	468
REFERÊNCIAS .....	472

**CAPÍTULO 20**

<b>APONTAMENTOS SOBRE A AÇÃO MONITÓRIA .....</b>	<b>475</b>
--	------------

*Antônio Carvalho Filho*

1. A TUTELA MONITÓRIA NO BRASIL.....	475
2. OBJETO DA AÇÃO MONITÓRIA.....	478
3. REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL DA AÇÃO MONITÓRIA.....	479
3.1. PROVA ESCRITA.....	479
3.2. CAPACIDADE CIVIL DO DEVEDOR – FAZENDA PÚBLICA.....	483
3.3. VANTAGEM ECONÔMICA PERSEGUIDA .....	484
4. DECISÃO INICIAL POSITIVA – O PROBLEMA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	485
4.1. NATUREZA JURÍDICA DO PRONUNCIAMENTO INICIAL E A FORMAÇÃO DA COISA JULGADA MATERIAL.....	490
5. CITAÇÃO DO RÉU, SUAS ATITUDES E RESPECTIVOS EFEITOS .....	494
5.1. CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO .....	497
5.2. CUMPRIMENTO PARCELADO DA OBRIGAÇÃO .....	501
5.3. INÉRCIA DO DEVEDOR.....	508
5.4. EMBARGOS AO MANDADO MONITÓRIO .....	509
6. O RECURSO CONTRA A SENTENÇA DOS EMBARGOS AO MANDADO MONITÓRIO.....	516
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	519

## SUMÁRIO

**CAPÍTULO 21****APLICAÇÃO DO NOVO CPC AO PROCESSO DO TRABALHO: SUBSIDIARIEDADE E SUPLETIVIDADE..... 525***Bento Herculano Duarte*

1.	INTRODUÇÃO. ART. 15 DO NCPC. ART. 769 DA CLT .....	525
2.	SUPLETIVIDADE E SUBSIDIARIEDADE.....	527
3.	DOS PRINCÍPIOS NA PARTE GERAL DO NCPC. DO ART. 489 DO NCPC. DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS .....	529
4.	ORDEM CRONOLÓGICA.....	533
5.	INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 139, DO COLENDO TST.....	534
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	540